

## O ACESSO A MEDICAMENTOS HORMONAIS NO CONTEXTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANS: UM PAPEL DO FARMACÊUTICO

Laiane Luciane dos Santos<sup>1</sup>, Danielle da Silva Barreto<sup>2</sup>,  
Juliana Vital Domingos Silva<sup>3</sup>, Dayvid Batista da Silva<sup>4</sup>

**Resumo:** O uso de medicamentos também pode ser realizado como adjuvante no processo de transexualização de homens e mulheres transexuais, que por sua vez necessitam da transformação do seu corpo para estar em harmonia consigo próprio. No entanto, serviços médicos especializados para estes pacientes ainda é muito escarço no Brasil, sobretudo no SUS. Diante da dificuldade de acompanhamento médico no processo de transexualização, essa população busca informação na internet ou em transexuais que já fizeram uso de terapias hormonais para este fim sendo dessa forma o tratamento não personalizado e sem acompanhamento do profissional de saúde oferecendo desta forma, sérios riscos a integridade física destes pacientes. Sendo assim, o presente trabalho objetivou abordar a importância do profissional farmacêutico na orientação sobre ação terapêutica, fisiológica e riscos à saúde no uso de medicamentos hormonais por pessoas em processo transexualizador. Foi realizada uma revisão bibliográfica narrativa da literatura, para tipo de estudo retrospectivo descritivo foram utilizados artigos científicos descritos nas bases de dados SCIENCE DIRECT, SCIELO, PUBMED, PERIÓDICO CAPES e LILACS. A utilização de artigos no período entre 2012 e 2022, nos idiomas português e inglês. A partir da análise de 13 artigos, foi possível realizar um levantamento dos principais hormônios utilizados e observar que o acesso de forma acompanhada das pessoas transexuais tem diversos desafios como por exemplo a falta de uma rede de apoio qualificada, a falta profissionais multidisciplinares, preconceito e discriminação nos serviços de saúde fazendo com que o uso da hormônioterapia aconteça de forma insegura e irracional, sendo assim foi visto que a participação farmacêutica pode ser eficaz no processo de orientação e avaliação

---

1 Centro Universitário Brasileiro - Unibra.

2 Centro Universitário Brasileiro - Unibra.

3 Universidade Federal De Pernambuco.

4 Centro Universitário Brasileiro - Unibra.

da farmacoterapia afim de evitar problemas relacionados ao uso de medicamentos bem como o uso racional do medicamento que está atrelado a profissão farmacêutica.

**Palavras-chave:** hormônios; transgêneros; atenção farmacêutica.

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Guia Prático de Atualização da Sociedade Brasileira de Pediatria, a disforia de gênero é definida como um conflito entre o gênero expresso por um indivíduo através de características sexuais primárias e secundárias, e seu gênero atribuído a sua experiência corpórea e afetiva, (SBP, 2017). Tal assimetria pode resultar em significativo sofrimento psicológico ao olhar clínico, podendo despertar o desejo de mudar os seus traços sexuais. Pessoas que possuem características de identidade de gênero distintas dos seus sexos biológicos conferidos no nascimento são denominadas como transgêneros ou transexuais. O processo de transexualização é longo e contínuo agregando uma série de técnicas específicas como cirurgia de transgenitalização, histerectomia (remoção do útero), harmonização, mastectomia (remoção das mamas), entre outros (HANAUER E HEMI, 2020).

A marginalização por orientação sexual e por identidade de gênero é frequente em diversas esferas da sociedade, refletindo também diretamente na qualidade do acesso social à saúde por referida população, ocasionando processos de sofrimento, adoecimento e morte precoce. Com isso, a luta da população LGBTQIA+ está na desestruturação do caráter de anormalidade que suas escolhas refletem na atual sociedade, uma despatologização da transexualidade. Dentro dos serviços de saúde essas situações de preconceito são expressas como negação de direitos, omissão de cuidado, estigmatização e constrangimento, além de violências verbais, morais, institucionais e até físicas (RONCON 2019).

Na constituição brasileira de 1988, no artigo nº194 está posto que “cabe ao Estado garantir a seguridade social”, entendendo a seguridade social como acesso à saúde, previdência e assistência coletiva. No mesmo texto, o artigo nº195 regulamenta as ações e serviços públicos em saúde e cria o Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como preceitos a universalidade do acesso, a equidade e a integralidade na assistência. Em conformidade a esses preceitos, o Estado, no decorrer desses anos, vem constituindo diferentes políticas públicas voltadas para grupos que necessitam de atenção especial, devido a sua vulnerabilidade, dentre eles, o grupo transgênero. O processo transexualizador no SUS foi iniciado em 2008 por meio da Portaria nº 457/2008, permitindo acesso a procedimentos como hormonização, cirurgias e acompanhamento multiprofissional (BRASIL,2008).

Este processo, muitas vezes, começa sem o acompanhamento profissional por dificuldades no acesso ao atendimento especializado, pela discriminação existente em estabelecimentos de saúde, ou mesmo pela falta de

informação, sendo assim, a automedicação é o recurso mais fácil encontrado por essas pessoas.

O farmacêutico é o profissional de saúde com acesso mais rápido à população por estar presente nas farmácias comunitárias e drogarias. Diante da facilidade de acesso da população a este profissional, o farmacêutico pode prestar um atendimento de assistência integral à saúde (GRUNDMANN *et al.*, 2019), incluindo o grupo de transgênero. Em geral, a hormonização é tida como procedimento essencial na transexualização, mas não deve ser critério absoluto para compreensão destes indivíduos, quando se refere à classe gênero (KRÜGER, *et al.* 2021).

O uso irracional de medicamentos, incluindo os medicamentos usados na transexualização, pode acarretar vários problemas de saúde devido à falta de controle sobre o uso de tais medicamentos utilizados para a hormonização, uma vez que grande parte dos medicamentos hormonais são adquiridos sem receita médica e sem orientação profissional de saúde. O presente trabalho objetivou abordar a importância do profissional farmacêutico no acesso de medicamentos hormonais por pessoas em processo transexualizador.

## 2 DELINEAMENTO METODOLOGICO

Foi realizada uma revisão bibliográfica narrativa da literatura, para tipo de estudo retrospectivo descritivo. Como primeira etapa, foi feito um levantamento bibliográfico, a fim de se obter todas as referências encontradas, de maior relevância, sobre o acesso aos medicamentos hormonais no contexto da saúde da população transexual e, levando em conta, o papel do farmacêutico. Foram utilizados artigos científicos descritos nas bases de dados SCIENCE DIRECT, SCIELO, PUBMED, Periódico Capes E LILACS. O critério de inclusão utilizado foi a utilização de artigos no período entre 2012 e 2022, nos idiomas português e inglês. Os descritores utilizados em Ciências da Saúde (DeCS) foram: “população “LGBTQIA+”, “LGBTQIA+ population”, “Hormonização”, “Hormonization”, “Atenção Farmacêutica” “Pharmaceutical Care”.

A partir deste levantamento foi realizada a contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico da pesquisa. A partir deste levantamento, foi elaborada uma revisão narrativa para estabelecer relações com as produções científicas anteriores, identificar temáticas recorrentes e apontar novas perspectivas, visando a construção de orientações práticas pedagógicas para definição de parâmetros de formação de profissionais da área de Ciências da Saúde para a assistência ao grupo de pessoas transexuais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com os achados na literatura baseado na metodologia aplicada nesta pesquisa, foi possível verificar o quantitativo de 33 artigos que falavam sobre

a temática, o número de artigos reforça a escassez em publicações voltadas ao tema gerando assim falta de informações que construam um conhecimento dentro da atuação farmacêutica para a o atendimento da população LGBTQIA+ no contexto de pessoas transexuais.

Sendo assim, foram aplicados a esses 33 artigos encontrados nas bases de dados os critérios de inclusão e exclusão onde foram excluídos 19 artigos que não estavam em consonância com o tema abordado, e os que não se encontravam dentro do período delimitado. Logo, foram selecionados 13 artigos elegíveis para a construção da discussão deste trabalho conforme esquema montado no Quadro 1.

Quadro 1 - Caracterização dos artigos utilizados para o levantamento da discussão.

Autor /ano	Título	Objetivo	Considerações
Kenezovich, viereck e Drincic (2012)	Tratamento Médico de Pessoas Transexuais Adultas.	Descreve métodos, incluindo farmacoterapia e intervenções cirúrgicas, para o tratamento médico eficaz de adultos do sexo masculino e feminino com DGI.	Os farmacêuticos devem ter conhecimento das diretrizes e da literatura atual sobre transexualismo, podendo ajudar a determinar a terapia apropriada, otimizar as dosagens, monitorar os efeitos adversos e educar os pacientes.
Albuquerque <i>et al.</i> , (2013)	Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil.	Objetivou-se evidenciar a atuação das políticas públicas direcionadas à saúde da população homossexual brasileira.	Recomenda-se o estímulo de estudos como forma de gerar dados que fomentem a formulação de outras políticas que efetivamente aproximem o grupo LGBT dos espaços de saúde.
Brasil (2014)	LEI Nº 13.021, DE 8 DE AGOSTO DE 2014.	Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.	Aborda a atuação do farmacêutico em drogarias e suas atribuições no âmbito das drogarias bem como sua responsabilidade profissional e social.
Brasil (2015)	Transexualidade e Travestilidade na Saúde	Contribuir para a reflexão sobre a importância da vontade política de gestores, do protagonismo dos movimentos sociais e do compromisso dos profissionais de saúde e pesquisadores, que fazem a diferença na vida e na saúde das pessoas transexual	O desafio da promoção da equidade em saúde para a população de travestis e transexuais se faz presente nesse estudo sobre o olhar dos movimentos sociais, da academia, do serviço e da gestão que, em conjunto, contribuam para a construção de uma política pública que garanta o direito à saúde sem preconceito de gênero, raça/etnia, orientação sexual e práticas sexuais e afetivas.
De Lima, <i>et al.</i> , (2017)	Atenção à Saúde da População LGBT numa capital nordestina.	Identificar, a partir da compreensão de gestores e profissionais de saúde, as dificuldades e desafios, potencialidades e facilidades encontradas na Atenção à Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no município do Recife.	O artigo aborda o conhecimento e a percepção dos entrevistados, tornando visível as necessidades de direcionar ações mais amplas a população LGBT, preenchendo algumas lacunas na construção da Atenção Integral à Saúde, desde acolhimento, acesso aos serviços de saúde, a qualidade do atendimento oferecida, tornando o estudo com profissionais de saúde e gestores praticamente pioneiro na produção científica brasileira.

Autor /ano	Título	Objetivo	Considerações
Guimarães <i>et al.</i> , (2017)	Assistência à saúde da população LGBT em uma capital brasileira: o que dizem os Agentes Comunitários de Saúde?	Investiga a percepção destes profissionais em cinco unidades básicas de saúde da cidade de Goiana, Brasil, quanto ao atendimento integral à saúde da população LGBT.	É preciso investir em metodologias ativas que permita aos atores sociais expor e trabalhar seus valores e crenças, e reconhecer possíveis estigmas e preconceitos decorrentes deles, no sentido de oferecer uma atenção à saúde qualificada para a população LGBT.
Krüger <i>et al.</i> , (2019)	Características do uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do Distrito Federal brasileiro	Descrever a prevalência autorrelatada do uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do Distrito Federal e fatores associados.	Demonstrou a realidade do processo de hormonização dessas pessoas, refletidas nas altas taxas de efeitos indesejados, de descontinuidade de uso e recebimento de informações técnicas apenas de pares.
Braz (2019)	Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina.	Interpretação e comparação dos itinerários agenciados por homens transexuais para lidar com a questão da espera, quando confrontados por desafios relacionados ao acesso a serviços de saúde no Brasil na Argentina.	A busca por conhecer o sentimento e os caminhos ao qual a espera por atendimento no SUS tras a uma parte da sociedade que é minoria acaba tomando caminhos ao qual o processo transexualizador se torna doloroso e incompleto.
Roncon <i>et al.</i> , (2019)	Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde	Discutir três importantes desafios enfrentados pela população trans brasileira para acessar ao processo transexualizador do SUS.	O estudo foi realizado de forma qualitativa a partir de dados coletados por entrevistas com os pacientes que necessitavam do processo transexualizador e no entanto <b>não obtiveram tais recursos</b> mencionando assim suas dificuldades.
Silva <i>et al.</i> , (2020)	Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná	Investigou-se a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná	Consolida alguns conceitos necessários para o acesso a saúde integral de pessoas LGBTQAPN+ ao serviço de saúde, bem como traz ações e apontamentos para melhoria da relação paciente e sistema de saúde no contexto do SUS.
Augusto, Oliveira e Polidoro (2020).	Descrição de medicamentos prescritos para a terapia hormonal em serviços de saúde especializados para transexuais e travestis no Rio Grande do Sul	Descreve os medicamentos prescritos para o tratamento hormonal do processo transexualizador em estabelecimentos de saúde de atendimento especializado para pessoas transexuais e travestis no Rio Grande do Sul, Brasil.	A pesquisa aponta os medicamentos prescritos e sua diversidade, ratificando a necessidade da produção de informação para implementação das políticas de equidade no Sistema Único de Saúde.
Pinho <i>et al.</i> , (2022)	O papel do farmacêutico no cuidado aos transgêneros: resultados de uma revisão de literatura	Identificar o papel do farmacêutico no cuidado às pessoas transexual	O artigo trouxe informações relevantes a respeito do cuidado farmacêutico, no entanto, pouca informação a respeito se obteve sobressaindo mais as dificuldades enfrentadas e as lacunas do que cuidado propriamente dito.
Silva <i>et al.</i> , (2022)	Uso de hormônios não prescritos na modificação corporal de travestis e mulheres transexuais de Salvador/Bahia, Brasil	Analisar o uso de hormônios não prescritos entre travestis e mulheres transexuais (TrMT) na cidade de Salvador, Bahia, Brasil.	O uso de substâncias sem o acompanhamento e a prescrição médica necessita de um olhar mais firme, pois o estudo revê-la o perigo que parte das pessoas transexuais se expõe por falta de acompanhamento e conhecimento a respeito dos produtos farmacêuticos.

Elaborado por: Autores (2023).

Diante do contexto do processo transexualizador, os estudos realizados por Roncon *et al.* (2019) e Augusto, Oliveira e Polidoro (2020) trazem apontamentos importantes onde muitos estados brasileiros ainda não possuem habilitação para atuarem no processo de transexualização e diante desse objetivo e em contrapartida a isso existe a possibilidade de alguns estados brasileiros que possuem essa habilitação a esse processo não estarem preparados com equipes multidisciplinares de forma completa para atuarem junto ao acompanhamento das pessoas transexuais.

O uso de hormônios de forma segura é um dos apontamentos trazidos no estudo de Silva *et al.* (2020), onde o autor retrata que as utilizações destes medicamentos podem trazer qualidade de vida ao indivíduo beneficiado no processo de transexualização quando se feito de forma acompanhada. Entretanto, Braz (2019) alega em seu estudo que há uma baixa na quantidade de pessoas transexuais atendidas e que esse dado demonstra o quão difícil é a o acesso ao serviço e há um longo período de espera por atendimento, fazendo com que haja a necessidade de ampliação e oferta para a terapia hormonal racional e segura no cuidado a esses indivíduos.

Sendo assim, Augusto, Oliveira e Polidoro (2020) no seu estudo realizaram um levantamento dos principais hormônios prescritos utilizados em pacientes em processo transexualizador e de acordo com o Protocolo de Serviço Especializado no Rio Grande do Sul no ano de 2020 os hormônios mais utilizados foram os seguintes representados no Quadro 2.

Quadro 2 - Medicamentos prescritos para usuários (as) atendidos (as) nos estabelecimentos de saúde especializados no atendimento a pessoas transexuais e travestis, Rio Grande do Sul, 2020.

Usuários (as)	Classe de Medicamento e via de administração	Medicamentos
<b>Mulheres Transexuais e Travestis</b>	Antiandrógenos (Via oral)	Ciproterona Espironolactona Finasterida Dutasterida Ciproterona + etinilestradiol
	Estrógenos (Via oral)	Estradiol Valerato de Estradiol
	Estrógenos (Via transdérmica)	Estradiol em gel Estradiol hemi-hidratado gel Estradiol hemi-hidratado adesivo
	Estrógenos + Progestógenos (Via intramuscular)	Noretisterona + estradiol Medroxiprogesterona + estradiol Algestona acetofenida + enantato de estradiol
<b>Homens Transexuais</b>	Andrógenos (Via intramuscular)	Cipionato de testosterona Undecilato de testosterona Ésteres combinados de testosterona
	Andrógenos (Via transdérmica)	Testosterona em gel

Adaptado de: Augusto, Oliveira e Polidoro (2020).

O uso destes medicamentos na hormônioterapia para transexualização, quando prescrito e com acompanhamento dos resultados, gera ao organismo tanto benefícios e resultados, que não desaparecerão ao interromper o uso, quanto benefícios reversíveis, estes cessarão ao suspender o uso do hormônio. Além disso, o acompanhamento da terapia hormonal com profissional de saúde capacitado reduz os riscos de reações adversas, bem como também reduz o risco de surgimento de doenças relacionadas ao uso errôneo desse tipo de medicamento. Devido à dificuldade de acesso a atendimento especializado no tratamento com hormônios, muitos indivíduos começam a fazer a utilização dos hormônios baseando-se na experiência prévia de outras pessoas transexuais que passaram pelo mesmo processo, como revela o estudo feito por Silva *et al.* (2022) que entrevistou cerca de 127 mulheres transexuais e constatou que 93,9% fizeram uso de hormônioterapia sem prescrição médica.

Os riscos e complicações à saúde com a terapia hormonal evidenciados, são: câncer de mama, trombose venosa profunda, embolia pulmonar, infarto, derrame cerebral, osteoporose, piora das taxas de colesterol e aumento nas taxas de triglicérides. O uso indiscriminado de hormônios aumenta a chance de problemas sérios de saúde ou pode agravar estes problemas de saúde, caso apareçam no decorrer da hormônioterapia. Os efeitos a longo prazo da terapia hormonal ainda estão sendo observados e examinados, sendo necessário um estudo mais aprofundado (PINHO,2022).

A participação do farmacêutico desde a aquisição até a orientação sobre o uso desses hormônios é muito importante, tendo em vista que predominantemente, são adquiridos nos balcões das farmácias sem prescrição médica, dado demonstrado no estudo de Krüger *et al.*, (2019) sobre uso de hormônios sem prescrição, que corrobora a pesquisa produzida Silva *et al.* (2022). Krüger (2019) dentro do seu estudo traz que pessoas transexuais não recebem orientação farmacêutica em relação ao medicamento e reforça a necessidade de oferecer treinamento para a equipe sobre conceitos e temas pertinentes a este assunto. Vale ressaltar que o farmacêutico também faz parte da equipe multidisciplinar e junto a essa, o trabalho em conjunto torna-se essencial para o sucesso no tratamento hormonal de transexualização com um atendimento multidisciplinar humanizado disponibilizado em ambulatórios de assistência saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo assim a Política Nacional de Saúde Integral a população LGBTQIAPN+ (GUIMARÃES *et al.*, 2017).

Ainda em relação a participação do profissional farmacêutico no acesso aos medicamentos hormonais dentro da equipe multidisciplinar do processo transexualizador no SUS, é cabível o desenvolvimento nas ações para agregar conhecimento aos pacientes usuários (as) e profissionais de saúde ao estar fazendo parte da gestão da hormonização (BRASIL,2015). Segundo a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, a Assistência Farmacêutica está incluída dentro da Assistência Terapêutica Integral, sendo a Atenção Farmacêutica definida como um conjunto de ações desenvolvidas pelo farmacêutico, voltadas à

promoção, proteção e recuperação da saúde, desde o nível individual até o coletivo, tendendo o uso racional de medicamentos (BRASIL, 2014).

Desse modo, Krüger (2019) também traz em seu trabalho a atenção farmacêutica como sendo representada através da interação direta do farmacêutico com o usuário, em busca de uma farmacoterapia racional com a obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados para qualidade de vida. De acordo com Kenezevichi, Viereck e Drincic (2012), essa participação do farmacêutico deve: avaliar e discutir possíveis interações medicamentosas, orientar seus riscos e benefícios, com base em fatores de risco de cada indivíduo, interações fármaco-fármaco na intenção de prevenir complicações na hormonização.

Desse modo, Albuquerque *et al.*, (2013) destacam que a necessidade de reformulações dos espaços de saúde para inclusão da população LGBT depende das transformações no modo de pensar e agir dos profissionais farmacêuticos e de outras áreas da saúde, evidenciando a importância do acesso, do acolhimento e da humanização nos serviços de saúde. Para De Lima, *et al.*, (2017) não são só as práticas discriminatórias que afastam o acesso à saúde da população LGBT, mas também a impropriedade da oferta de cuidados. Portanto, Guimarães *et al.*, (2017) corrobora que a atenção básica é apontada como porta de entrada preferencial do SUS como ponto de partida para acolher de forma humanizada essa população, desde o acesso até o atendimento integral, superando práticas de saúde preconceituosas e discriminatórias.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta do processo transexualizador nos estados brasileiros ainda possuem estigmas de muitos desafios e ajustes, sendo necessário o replanejamento de políticas públicas e financiamento viável para acomodação e integralidade das pessoas transexuais. Sendo assim cabe aos profissionais farmacêuticos inseridos no âmbito do SUS ou no sistema privado, como por exemplo nas drogarias, trazerem educação em saúde e prover esse cuidado no uso racional dos medicamentos.

Essa participação do profissional farmacêutico pode diminuir a frequência dos problemas relacionados com medicamentos bem como o melhoramento da interação profissional e paciente que tem por finalidade o estreitamento do vínculo para melhor cuidado. Além disso a participação na disponibilização desses medicamentos faz parte de uma gestão de medicamentos que é uma atribuição inerente ao profissional dentro do ciclo da assistência farmacêutica. Portanto, a construção desse trabalho viu a necessidade da elaboração de mais pesquisas como essas, que merecem ter um direcionamento maior para melhor qualidade e quantidade nas publicações mediante a uma ótica voltada para o cuidado e humanização.



## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Grayce Alencar *et al.* Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**. v. 37, n. 98, pp. 516-524, 2013. Disponível em: <>. Epub 31 Jan 2014. ISSN 2358-2898.
- AUGUSTO, Rosiane Mateus; OLIVEIRA, Daniel Canavese de; POLIDORO, Maurício. Descrição de medicamentos prescritos para a terapia hormonal em serviços de saúde especializados para transexuais e travestis no Rio Grande do Sul, 2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde** [online]. v. 31, n. 1 [Acessado 23 Novembro 2022], e2021502,2022.
- BRASIL. Planalto. **Lei Nº 13.021, de 08 de agosto de 2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113021.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113021.htm)> Acessado em: 30 de out. de 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Transexualidade e Travestilidade na Saúde**. 2015. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade\\_travestilidade\\_saude.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf)> Acesso em: 28 de set. de 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº457, de 19 de agosto de 2008. **Regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de saúde - SUS**. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457\\_19\\_08\\_2008.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html)> Acesso em: 16 de set. de 2022.
- BRASIL. **Sociedade Brasileira de Pediatria. Guia Prático de Atualização**. 2017. Disponível em: <[https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/19706c-GP\\_-Disforia\\_de\\_Genero.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/19706c-GP_-Disforia_de_Genero.pdf)> Acesso em: 15 de set. de 2022.
- BRAZ, Camilo. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 35, n. 4, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00110518>
- DE LIMA, T. N. B. *et al.* Atenção à Saúde da População LGBT numa capital nordestina. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 34, p. e1410, 23 out. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-49742022000100027>>. Epub 06 Maio 2022. ISSN 2237-9622. <https://doi.org/10.1590/S1679-49742022000100027>.
- GRUNDMANN, Oliver *et al.* The Pharmacist as an LGBTQ Ally. **American Journal of Pharmaceutical Education**, v. 84, n. 7.2020. Disponível em: <<https://www.ajpe.org/content/84/7/ajpe7835.abstract>> Acesso em: 14 set. 2022.
- GUIMARÃES RCP, *et al.* Assistência à saúde da população LGBT em uma capital brasileira: o que dizem os Agentes Comunitários de Saúde? **Rev. Tempus Actas de saúde coletiva**, Brasília, 2017.
- HANAUER, O. F. D.; HEMMI, A. P. A.. Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe8, p. 91–106, 2019

KNEZEVICH, E. L.; VIERECK, L. K.; DRINCIC, A. T. Medical Management of Adult Transsexual Persons. **Pharmacotherapy: The Journal of Human Pharmacology and Drug Therapy**, v. 32, n. 1, p. 54–66, jan. 2012.

KRÜGER, A. *et al.* **Guia do cuidado farmacêutico para a comunidade LGBTI+**. CRF-BA, 2021. Disponível em: <<https://portais.univasf.edu.br/noticias/guia-do-cuidado-farmacutico-para-a-comunidade-lgbti-orienta-profissionais-de-farmacia-sobre-atendimento-humanizado/guia.pdf>> Acesso em: 06 de set. de 2022.

KRÜGER, Alícia; SPERANDEI, Sandro; BERMUDEZ, Ximena Pamela Claudia Diaz; MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Characteristics of hormone use by travestis and transgender women of the Brazilian Federal District. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S.L.], v. 22, n. 1, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720190004.supl.1>

RONCON, P. C., Sodré F, Rodrigues A, Barros MEB de, Wandekoken KD. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e180633, 2019.

SILVA ACA, Alcântara AM, Oliveira DC, Signorelli MC. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. **Interface**. 2020;24, e190568. doi: 10.1590/Interface.190568

SILVA, Ricardo Araújo da; SILVA, Luís Augusto Vasconcelos da; SOARES, Fabiane; DOURADO, Inês. Uso de hormônios não prescritos na modificação corporal de travestis e mulheres transexuais de Salvador/Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 503-514, fev. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-8123202272.44342020>.